



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13163 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

O NOVO ENSINO MÉDIO GAÚCHO E A RESPONSABILIZAÇÃO DOCENTE

Geovana Rosa Affeldt - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Elisabete Zardo Búrigo - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O NOVO ENSINO MÉDIO GAÚCHO E A RESPONSABILIZAÇÃO DOCENTE

Resumo: Este artigo trata da atuação do Novo Ensino Médio do Rio Grande do Sul, em uma escola pública estadual da Região Metropolitana de Porto Alegre, e da responsabilização dos professores e professoras pelo sucesso ou fracasso da política, por parte da Secretaria da Educação do estado (Seduc). São problematizadas falas e orientações que demonstram um arranjo superficial para uma política curricular que traz mudanças profundas na organização do Ensino Médio, na tentativa de criar um senso comum que desconsidere a formação do professor e o responsabilize pela qualidade das aulas dos componentes curriculares que fazem parte dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio Gaúcho.

Palavras-chave: Novo Ensino Médio, Escola Pública, Formação, Responsabilização Docente.

Introdução

A pesquisa em andamento tem como objetivo desnudar a realidade da atuação do Novo Ensino Médio Gaúcho no âmbito da escola pública, discutindo a responsabilização docente que a política procura trazer como uma verdade, apontando professores e professoras da rede pública estadual, como responsáveis pela “má qualidade” da educação. A pesquisadora, gestora em exercício em uma escola estadual, traz uma reflexão acerca das

normativas recebidas pela Secretaria da Educação do estado (Seduc) e seus desdobramentos na escola.

Em 30 de dezembro de 2021, através do Ofício GAB/DP/SEDUC Nº 01/2021, a matriz curricular do Novo Ensino Médio foi apresentada às escolas pela Coordenadoria de Educação (CRE) através de e-mail institucional. A partir do documento, a escola foi organizada para os primeiros anos do Ensino Médio, adequando as turmas com a redução de carga horária em alguns componentes curriculares e introdução de três novos - Projeto de Vida, Cultura e Tecnologias Digitais e Mundo do Trabalho -, levando em consideração o corpo docente já existente na escola. Houve a tentativa de pedido, no sistema de Informatização da Secretaria da Educação (ISE), de professores para os novos componentes curriculares, mas foi negado com a justificativa da não existência de profissionais disponíveis para a contratação nesses componentes.

A nova configuração curricular substitui gradualmente e progressivamente a carga horária da Formação Geral Básica por Componentes Obrigatórios e Aprofundamento Curricular que fazem parte dos Itinerários Formativos, reduzindo os componentes para os quais os docentes tinham formação específica, por outros que não fizeram parte da formação do professor, obrigando o profissional a uma adequação forçada, desconsiderando que os professores são indispensáveis na atuação desta política (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2021).

Algumas “verdades” proferidas através de documentos, formações, palestras e pronunciamentos oficiais representativos da Seduc têm normalizado e normatizado a maneira como os docentes devem internalizar o Novo Ensino Médio Gaúcho. Expressões e palavras como “perfil”, “aprender a aprender”, “sair das caixinhas”, “sair da zona de conforto” e “vender o peixe” são enunciadas como o necessário para que equipes diretivas e pedagógicas das escolas consigam o sucesso do Novo Ensino Médio Gaúcho, responsabilizando os docentes pelo fracasso ou sucesso da política, sem considerar as condições gerais de sua implementação.

Saraiva, Chagas e Luce (2022) apontam, na fala de dirigentes da Seduc, a insistência na responsabilização dos docentes para o sucesso do Novo Ensino Médio:

Na live promovida pelo programa Nosso Ensino Médio, a secretária da educação do RS destacou que o maior desafio é tirar o professor da “zona de conforto” (OPORTUNIDADES, 2021). Ao citar a palavra estrutura, afirmou que os desafios têm a ver com certo, não digo comodismo dos professores, mas de uma vivência de uma estrutura, uma rotina disciplinar”. (SARAIVA; CHAGAS; LUCE, 2022, p. 434)

Metodologia

A pesquisa em andamento busca compreender a atuação dos professores na reforma curricular trazida pelo Novo Ensino Médio. Ball, Maguire e Braun (2021) trazem a importância do estudo da atuação da política pública de acordo com o contexto particular de cada instituição e a margem para a criatividade possibilitada durante o processo.

A discussão aqui apresentada está apoiada em análise da documentação oficial enviada pela Seduc via Coordenadoria Regional de Educação (CRE) para as escolas, e no acompanhamento da adaptação curricular e aplicação das novas normativas em turmas do Ensino Médio, no âmbito da escola.

Os professores e o novo ensino médio gaúcho: entre normativas e contradições

Segundo o documento orientador do Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Médio, sua construção teve início no ano de 2020, ancorada em conceitos fundantes do Novo Ensino Médio, como protagonismo juvenil, juventudes, flexibilização curricular, Formação Geral Básica e Itinerários Formativos (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Em 2022, já na vigência do documento, foram ofertados os três componentes curriculares obrigatórios dos Itinerários Formativos para os primeiros anos do Ensino Médio. Em junho de 2022, teve início a preparação para o processo de “escolha” das trilhas de aprofundamento curricular que seriam ofertadas para o segundo ano do Ensino Médio em 2023, com a realização de Seminários Estaduais e Regionais.

Durante os encontros de 2022, questionamentos sobre professores ministrarem componentes curriculares para os quais não têm formação foram respondidos com um precisam “sair das caixinhas”, se desacomodar. E os gestores deveriam fazer a escolha desses professores encontrando, no corpo docente da escola, professores com “perfil” para os itinerários, dispostos a “aprender a aprender”. E quanto à falta de professores, estrutura física, materiais, ausência de laboratórios, bibliotecas e internet, a resposta foi de que os itinerários deveriam acontecer de acordo com os recursos humanos, materiais e de infraestrutura disponíveis na escola. Como organizar tudo isso tentando oferecer qualidade de ensino aos alunos? Como levar essas informações ao corpo docente?

Um prazo curto para a realização de reuniões de esclarecimentos, planejamento e execução da feira das trilhas foi fixado e tudo foi acompanhado pelo preenchimento de uma planilha em que todos os passos deveriam ser registrados com nomes de professores

responsáveis por cada trilha, chamados de “embaixadores”, sendo a feira das trilhas um momento organizado por cada escola em que as 24 trilhas seriam apresentadas aos alunos, dando ênfase a, no mínimo, cinco delas. Essa ênfase, segundo a Seduc, consistiria numa explanação capaz de convencer os alunos da necessidade de escolherem uma delas, tendo em vista a inviabilidade de oferecer todas. A escolha das trilhas deveria ser de responsabilidade dos professores, que teriam que estudar a ementa de cada componente curricular integrante de cada trilha e “vender seu peixe”, expressão utilizada em vários momentos durante os encontros e formações.

Nas reuniões na escola foi feito o convite aos professores para integrarem uma equipe que pudesse planejar os Itinerários de forma colaborativa, por área do conhecimento, procurando compensar a perda de horas de componentes curriculares da formação geral básica, considerados por eles essenciais. Uma conversa franca estabeleceu-se entre eles que, na maioria, concordaram em “dividir o prejuízo”, fala que apareceu na reunião.

No dia 08 de setembro de 2022 realizou-se na Escola a Feira das Trilhas. As turmas de primeiro ano do Ensino Médio foram chamadas para percorrerem as salas de aula previamente organizadas de acordo com as áreas do conhecimento, suas áreas focais, seus respectivos itinerários e a defesa dos professores embaixadores que deveriam “convencer” os alunos na escolha. Durante a feira, os estudantes pareciam não estar entendendo muito bem o que significavam todas aquelas explicações. Muito menos o porquê de todo aquele clima de “competição” entre as áreas. Nas Trilhas da área das linguagens os professores prepararam uma bala e uma espécie de “santinho” onde dizia: *vote trilhas 14 e 16*.

Um desconforto era aparente na expressão dos professores, com ele a sensação de fazer algo que não fazia muito sentido. Estariam os professores concorrendo? E que tipo de escolha era aquela? Para onde foram as ideias de coletividade e construção do conhecimento?

Considerações Finais

A crueldade estabelecida no “perfil” docente que equipes diretivas e pedagógicas deveriam utilizar e a disputa através da feira das trilhas e o seu “vender o peixe”, trouxe à tona a responsabilização pelo sucesso ou fracasso do Novo Ensino Médio gaúcho. A equipe diretiva e pedagógica que não conseguir persuadir os colegas para as trilhas ou o professor que não for capaz de oferecer boas aulas, mesmo que sejam de componentes para os quais não têm formação, são responsabilizados pelas consequências que virão.

Turmas desatentas, indisciplina, falta de interesse e aumento do abandono e evasão

possivelmente serão problemas atribuídos a um culpado que não empreendeu esforço suficiente, não estava aberto ao “aprender a aprender”, não quis “sair da sua caixinha” ou “da zona de conforto” e por isso não conseguiu atuar a política pública do Novo Ensino Médio apesar de, conforme Seduc e parceiros, ter sido instruído e instrumentalizado com cursos rápidos, consultas públicas relâmpago e relatos de boas práticas que passam a ser exemplo a ser seguido.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as Escolas fazem as Políticas: Atuação em Escolas Secundárias**. Ponta Grossa: URP, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho Ensino Médio**. Porto Alegre: 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Resoluções 364 e 365/2021**. Conselho Estadual de Educação. <<https://www.ceed.rs.gov.br/>> Acesso em: 23 out. 2022.

SARAIVA, Mateus; CHAGAS, Ângela; LUCE, Maria Beatriz. Não tá calado quem peleia: debate sobre o ensino médio no Rio Grande do Sul. **Revista Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 419-442, 2022.